

00:00 | sábado, 25 NOV 06

Miguel Galvão Teles em entrevista**"Há uma propensão suicidária do Estado"**

Ana Isabel Abrunhosa

O primeiro advogado português a receber um Óscar da Advocacia alerta para o perigo das nossas empresas serem tomadas por estrangeiros.

Galardoado com um prémio internacional de advocacia – o primeiro atribuído a um português pela Chambers and Partners –, o constitucionalista Miguel Galvão Teles, 67 anos e 40 de profissão, tem uma visão optimista da Justiça nacional. Mas critica o novo diploma das Ofertas Públicas de Aquisição (OPA) e contesta as alterações frequentes da Constituição.

Sócio fundador da Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva Associados, uma das maiores sociedades de advogados portuguesa, é membro do Conselho Superior da Ordem dos Advogados, antigo conselheiro de Estado (durante o mandato de Ramalho Eanes) e presidente da assembleia geral da Associação Portuguesa de Arbitragem. O seu escritório tem intervenção nas duas OPA mais importantes: a da Sonae sobre a PT e a do BCP sobre o BPI.



António Pedro Ferreira

Miguel Galvão Teles, 67 anos, é o primeiro advogado português a receber o «Lifetime Achievement Award»

Qual a importância deste prémio, Lifetime Achievement Award, na sua carreira?

Pessoalmente a importância não foi significativa, mas tive muita satisfação que este prémio viesse para Portugal. Foi muito importante para esta sociedade de advogados e para o país. É um prémio que tem poucos anos ainda. A Chambers classifica os escritórios de advocacia e atribui prémios às sociedades. Desde 2003, passou a dar também prémios individuais, no quadro dos Global Awards. Houve 10 premiados até agora, dos quais quatro são americanos, três ingleses e três do resto do mundo: um espanhol, um argentino e eu. Foi um prémio de carreira.

Destacou no discurso de agradecimento a abolição da pena de morte em Portugal e o caso de Timor. São para si os únicos orgulhos da Justiça portuguesa?

Tenho muitos orgulhos, mas só tinha cinco minutos. O caso de Timor marcou-me muito, pessoalmente. Acho que foi o caso mais apaixonante que tive na vida. Não foi só o processo, foi tudo o que se passou depois até ao dia da independência. Quanto à pena de morte, fomos o primeiro país na Europa a abolir essa pena. A referência que fiz foi uma espécie de recado aos EUA. Aproveitando também a recente condenação de Saddam Hussein. A pena de morte nunca! Isso pegou bem com o mais importante do meu discurso, que foi o recado final: dizer que a advocacia não é só negócio.

Como vê a actual qualidade da Justiça em Portugal?

Podia ser melhor, mas é francamente boa. Estive dois ou três meses numa

comissão informal de reforma da Justiça, no Governo PSD de Santana Lopes, no mandato do ministro da Justiça José Pedro Aguiar Branco. A comissão só trabalhou três meses porque o Governo caiu, mas ainda deixou um relatório que foi transmitido a este Governo. Aliás, parte de uma proposta já do actual Governo era nossa – aquela sobre os regimes dos recursos em Processo Civil, que limita os recursos para o Supremo Tribunal de Justiça (STJ). O STJ não pode produzir acórdãos e jurisprudência à pressão.

É possível a Justiça ter qualidade se for demorada?

Pode demorar muito tempo, mas a qualidade é boa, quando comparada com outros países. É preciso diferenciar. Há casos que só podem ser decididos com tempo. Se você tiver poucas coisas para decidir consegue fazer Justiça. Mas em vez de produzir 100 acórdãos, produz um. Temos bons juízes. Tenho encontrado juízes notáveis na primeira instância. Ando a tentar ver como evolui a carreira deles, para perceber se o sistema de promoções funciona bem. Aí tenho alguma desconfiança. Quero saber se os critérios de avaliação dos juízes são os melhores. O nosso sistema é que não é muito bom. Mas os juízes são bons.

Considera que muitos processos podiam sair dos tribunais? Por exemplo para a Arbitragem (é um dos fundadores da Associação Portuguesa de Arbitragem).

A arbitragem é uma belíssima instituição mas está também a demorar muito tempo. Em Portugal, em matéria de arbitragem faltam infra-estruturas eficazes. Lá fora há, por exemplo, umas senhoras que fazem estenografia. Poucas horas depois da sessão já temos a acta. Aqui fazemos a gravação, mas só recebemos a transcrição um mês depois. Além disso, tem havido também um problema de conciliação dos horários dos árbitros, que atrasa muito os processos.

Concorda com as medidas do actual Governo que estão a retirar certo tipo de casos dos tribunais?

Acho que os processos não podem sair dos tribunais, até constitucionalmente isso não é correcto. Penso é que podem existir vários tipos de tribunais para vários tipos de processos. Ou seja, os processos expeditos (chamados processos sumários) deviam ser tratados em tribunais específicos, com essa competência exclusiva. Isso é possível no actual quadro constitucional.

A Constituição tem artigos obsoletos?

A Constituição da República é um documento fundamental que marcou a democracia e os males que nós temos não vêm dela. Já foi tantas vezes actualizada. Há ainda uma ou outra disposição de que eu não gosto, mas acho que é pernicioso estar constantemente a alterar. A Constituição é um documento que nos une e que devemos aceitar como compromisso. Quem não se sente unido é porque desejaria uma constituição de facção.

Considera que tem sido desrespeitada muitas vezes?

Não. Se há grande instituição em Portugal é o Tribunal Constitucional, que tem zelado pelo respeito dos artigos constitucionais. Até devia ser um exemplo para os outros tribunais superiores, porque revela a vantagem de termos nos tribunais pessoas de fora da carreira das magistraturas, juntamente com magistrados.

E a ideia de criar um procurador especial para trabalhar com a Assembleia da República nas comissões de inquérito, exige uma alteração da Constituição?

Não gosto dessa proposta. Nunca ponderei isso, mas por intuição não gosto. Provavelmente exigiria mexer na Constituição. E resta saber de quem ia depender esse procurador. Assim à primeira vista não me atrai.

A ideia surgiu para permitir julgar o caso Camarate.

Isso é que é perigoso. O processo já foi considerado prescrito em tribunal. Querem abrir uma excepção ao Estado de Direito, com efeitos retroactivos? Aí eu deixava de dizer as coisas bonitas que digo de Portugal. Não é o problema de Camarate, é uma questão de princípios. Se o eventual crime já prescreveu, acabou.

A fusão deste escritório com o de Osório de Castro foi há um ano. O balanço

é positivo?

O balanço é positivíssimo. E o nosso escritório do Porto tem profissionais de qualidade ímpar.

Mas isso já lhe custou a demissão de um cargo na PT, para evitar um conflito de interesses quando foi lançada a OPA da Sonae.

É verdade e tive imensa pena. Mas isso faz parte da vida. Tive muita pena porque sempre fui muito bem tratado na PT.

O seu escritório tem neste momento intervenção em duas OPA: A da Sonae sobre a PT e a do BCP sobre o BPI. O nome dos advogados influencia o sucesso das OPA?

Não. A qualidade de trabalho é que influencia. E não coincide necessariamente com o nome.

Em 2002 foi ao Parlamento chamar a atenção para o excesso de privatizações, que podia pôr os centros de economia nas mãos dos espanhóis. Mantém essas preocupações?

Mantenho as preocupações e agravadíssimas. Eu não percebo, acho que em Portugal há uma propensão suicidária do Estado. Este novo regime das OPA é suicida. Porque agora pode-se fazer uma OPA sem contrapartidas. Só no papel. Uma sociedade aumenta o seu capital, por exemplo. E só com uma oferta pública de troca pode fazer-se uma OPA. Não falo sobre processos em curso no meu escritório. Mas quanto mais fortes forem as nossas empresas, mais difícil é serem tomadas por estrangeiros. Este novo diploma das OPA é o pior diploma legislativo desde o 25 de Abril.

Nessa reunião no Parlamento falou também das incompatibilidades dos cargos políticos. É preciso reforçá-las?

Não é preciso aumentarem as incompatibilidades, mas devem existir declarações de interesses. Para ficarem esclarecidos os casos em que a pessoa não pode votar em determinado assunto. Precisamos de apertar essas situações de conflito e tornar obrigatórias as declarações de interesses quando se toma posse de um cargo político.

É membro do Conselho Superior da Ordem dos Advogados. Acha que a Ordem está no bom caminho ou tem perdido protagonismo social?

Não me preocupo com a perda de protagonismo, mas penso que a Ordem está numa fase difícil de ajustamento. A Ordem tem de se adaptar a muitas coisas ao mesmo tempo: às grandes sociedades de advogados, a uma massa de advogados sem trabalho. É uma fase difícil, mas não creio que a Ordem dos Advogados tenha perdido qualidade.